

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM  
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Autor: Eduardo Djanikian

**Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo  
Um direito de todos.**

São Paulo

2015  
**Eduardo Djanikian**

**Gestão dos Recursos Hídricos sobre controle da Sabesp  
Um direito de todos.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Comissão Avaliadora  
como exigência parcial para obtenção  
do certificado de conclusão do curso  
de Especialização em Gestão  
Estratégica em Políticas Públicas,  
pela Universidade Estadual de  
Campinas.

Orientador: Rafael Balseiro Zin

São Paulo

2015  
**Sumário**

1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA .....	4
1.1 Fluxograma .....	6
2 NÓS EXPLICATIVOS.....	7
2.1 Identificação dos nós estratégicos .....	10
2.2 Análise dos Nós Estratégicos .....	13
2.2.1 NE1 .....	13
2.2.2 NE2 .....	13
2.2.3 NE3 .....	14
3 ÁRVORE DO PROBLEMA .....	16
4 PLANO DE AÇÃO .....	17
5 ANÁLISE DE ATORES .....	21
6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES .....	30
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
REFERÊNCIAS .....	37

## 1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A partir de uma longa discussão dentro da equipe, da apresentação de políticas públicas possíveis dentro do curso de Gestão Estratégica de Políticas Públicas e diante do cenário atual das políticas públicas essenciais no Estado de São Paulo, resolvemos trabalhar com o tema da água, uma vez que este é um bem indispensável para o ser humano.

Conjuntamente a este processo entendemos que as negligências realizadas pelo Governo do Estado de São Paulo são decorrentes de uma visão do estado brasileiro que se assemelha as questões tratadas ao longo de nossos estudos, isto é a gestão da água por parte do Governo do Estado de São Paulo é feita de forma centralizada, buscando entregar mais lucros aos investidores do que água de qualidade aos cidadãos do Estado de São Paulo, corroborando com a tese do “Estado Herdado”, cuja busca, através de ações democráticas e inclusivas, será o de construir o “Estado Necessário”.

A falta de transparência para com a questão da água e a opacidade da gestão nos evidencia as características do “Estado Herdado”, ou seja, um estado sem participação social e avesso a discussão ampliada de questões que interferem na vida de todos os cidadãos do estado.

Entendemos que é preciso romper com esta dinâmica e buscar a integração de outros atores dentro do estado para uma discussão mais madura e complexa dos serviços públicos prestados, com a real efetivação das políticas públicas de forma pública e não privatizada como se faz em alguns casos.

Com a escolha do tema visamos compreender de forma profunda e ao mesmo tempo clara a questão do gerenciamento da água e suas implicações para a população de São Paulo, isto partindo da construção do problema e de suas respostas de forma conjunta com os participantes do grupo, o que gera uma sinergia maior visto as multidisciplinariedade dos membros e suas respectivas concepções de mundo<sup>1</sup>.

Pensamos também que uma vez compreendida a dinâmica mais geral da escassez de água em São Paulo, podemos entender como se dão as políticas públicas em outros estados e suas peculiaridades, o que nos proporciona um quadro da administração pública brasileira, seus pontos de esgotamento e seus desafios a serem superados.

---

<sup>1</sup> – Refiro-me ao grupo, pois parte da discussão sobre o problema nasceu dentro do grupo, que posteriormente foi dissolvido e acabou por ficar sobre minha responsabilidade a realização do trabalho final. •

No que diz respeito ao gerenciamento da água pelo atual governo, entendemos que todos os assuntos que envolvem a água são importantes o suficiente e impactam a sociedade como um todo, desta forma não será sem a participação popular que se gestará uma política pública madura e globalizante quanto ao atendimento da população.

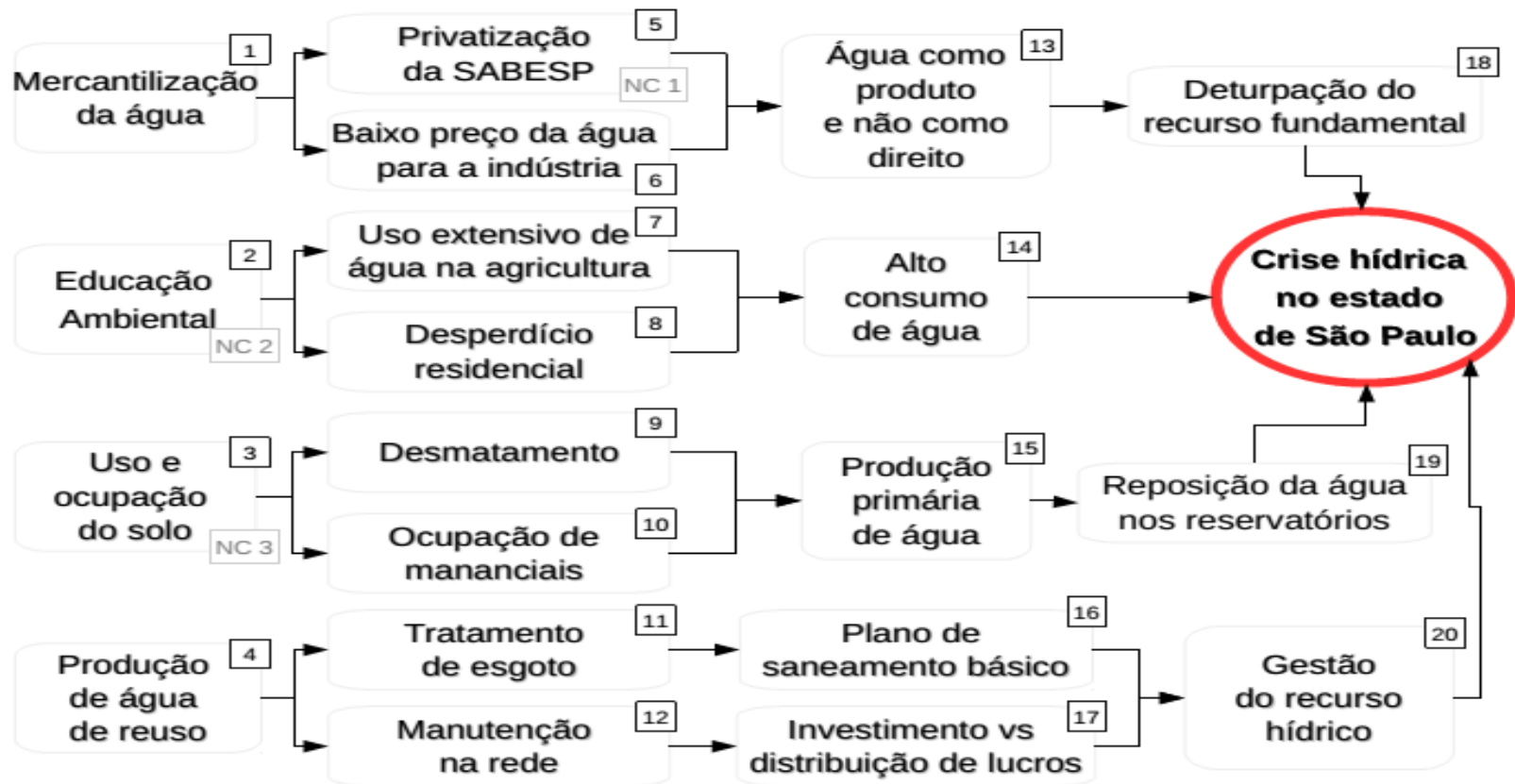
Infelizmente, sabemos que o avanço do poder privado sobre as questões públicas tem deixado marcas fortes nas estruturas do estado. O recente processo de privatização de serviços públicos no Brasil, somada a “terceirização” dos problemas públicos às instituições privadas tem ajudado a construir políticas ineficientes para a população e eficientes para o grande capital, nacional e internacional. É sobre esta óptica que buscaremos entender os problemas de gestão da água no Estado de São Paulo.

Diante disto queremos com o projeto pronto mostrar que é possível desenvolver um problema complexo, buscando soluções efetivas e ativas, assim como é possível romper com os vícios do estado herdado e abrir a discussão sobre o gerenciamento dos recursos públicos com a participação da população.

No que diz respeito ao ator que declara o problema, vemos que o Governador é o principal personagem que possui legitimidade constitucional para *representar* e atuar diante de uma situação abrangente e complexa como a questão da água. Do ponto de vista do Governador, o poder para com a implementação e efetivação das ações pode ser transparente e legítima quando a discussão e desenvolvimento da política pública fizer o movimento de emergir da sociedade e foi estimulado para que se conjugue a mais representativa das escolhas, sendo ao mesmo tempo uma política pública homogênea e que reúna as especificidades necessárias das regiões, micro e macrorregiões do Estado de São Paulo, assim como as especificidades de toda a população abrangida na política pública.

## 1.1 Fluxograma

Ator – Governo do Estado de São Paulo



## 2. NÓS EXPLICATIVOS

A partir dos estudos feitos ao longo do curso, das discussões do grupo e entre outros grupos, assim como de todo o conhecimento externo adquirido antes e durante o curso, apontamos os nós explicativos.

Foram levantados vinte nós explicativos que segundo nossa análise são importantes explicadores da situação-problema levantada. Certamente, é possível levantar tantos nós explicativos quanto possível, assim como é possível concatená-los de diversas formas, infelizmente, o fluxograma limita as relações de causalidade, pois sabemos que nem sempre as relações na política são feitas de relações de causa e consequência fechadas em si. A dinâmica da lógica formal, não desvela com profundidade todo problema.

Diante desta pequena introdução, o primeiro nós explicativo diz respeito a “mercantilização da água”. Vimos ao longo do curso que o desenvolvimento histórico do capitalismo, derivado do feudalismo nos países centrais ou mesmo do processo de colonização (UA 1, Fausto), como se deu no Brasil, levou-nos a um capitalismo periférico e singular.

Toda a dinâmica da revolução industrial e a emergência do mundo da mercadoria tornaram todos os bens e recursos mercadoria. Sem a regulamentação forte do estado, e por tanto da participação popular intensa, todos os recursos públicos foram e continuarão a ser mercantilizados, como terra, transporte, água, ar e outros.

Com a água não foi diferente ao longo dos anos 70, 80 e 90, o processo de privatização ou mesmo de concessão de serviços públicos para a iniciativa privada foi intenso, não só no Brasil, o mesmo se fez em toda a América Latina. Esta mercantilização da água inicialmente ainda sobre o controle do estado, posteriormente tomou sua forma final e foi legada as empresas privadas, ou as empresas públicas geridas de forma privada, deixadas ao poder do “mercado livre” controlada por ações em bolsa.

Se buscarmos na América Latina exemplos poderemos encontrar a luta pela água na Bolívia que resultou em massacres, mortes e milhares de pessoas passando sede, tudo com a justificativa de que o estado não saberia gerir o recurso e com a gestão privada a água ficaria mais barata, logo mais pessoas teriam acesso a ela.

No Brasil o discurso foi e continua sendo igual, isto é, o setor privado não sabe administrar e o setor público pode fazer melhor e mais com menos dinheiro, e tornando

a água mais barata, logo mais pessoas teriam acesso a ela, sempre uma constatação falsa após já realizado o processo de privatização.

No Estado de São Paulo temos algumas empresas que administram a água das bacias do estado. Algumas delas são públicas e outras são concessões, ou seja, empresas privadas que controlam os recursos públicos por um tempo determinado pelo estado e como contrapartida pagam impostos ao estado.

Este movimento todo está inserido no processo de desenvolvimento do capitalismo, onde o avanço do capital busca nos recursos públicos e monopólios públicos o controle e a supressão do poder público. Gerando então a mercantilização do recurso público, neste caso a água.

Vimos também ao longo do curso a discussão sobre a democratização de direitos e ao mesmo tempo a extensão deles. O Brasil é historicamente um país que concentrou terras nas mãos de poucas pessoas, vimos em várias unidades o avanço do processo de colonização, assim como a formação estrutural do país (UA 1, UA 2, UA 3), este nos legou uma divisão de terras que impacta até hoje no processo de urbanização e segregação sócioespacial, mas como se não fosse pouco, as cidades e as áreas rurais também são afetadas quando o assunto é produção, distribuição e descarte de água, que estão relacionados nos nós explicativos (NE 3, NE 4, NE 9 e NE 10). Estes nós explicativos demonstram que o processo de ocupação do solo e o uso que se faz dele geram externalidades negativas para gestão da água e conseqüentemente para a sociedade que necessita deste recurso.

Ao que impacta a produção e consumo da água, também temos as questões referentes à distribuição da mesma. Os nós explicativos NE 11 e NE 12, falam do processo de tratamento de esgoto e manutenção da rede. A negligência para com o saneamento básico é tão grande que o país infelizmente possui próximo de cinquenta por cento dos domicílios cobertos por rede de água e esgoto, isto é um reflexo da inserção periférica do Brasil, somado a centralização de poder nas oligarquias que dominaram e dominam econômica e politicamente o país. Quando um governo popular inicia um processo de investimento massivo em saneamento básico (ver PAC I), as tensões diante do cenário político passam a aflorar de forma a pressionar os governantes para que “enxuguem” o estado e economizem.

Este cenário montado leva-nos a uma gestão hídrica escassa de ideias e vazia para a população, de forma a permitir mais benefícios para os grandes empresários do que água para a população que dela vive.



Precisamos romper com o ciclo vicioso da gestão pública, ampliando o acesso aos bens públicos, elevando a qualidade dos que ainda não são de alto nível e tornando-os mais democráticos.

Certamente este movimento não se fará com um estado mínimo, neste caso mínimo para a população, mas sim com um estado grande e presente quanto a oferta de serviços públicos que não podem ficar sobre as regras do mercado. Para a água não é diferente é preciso reconquistar as empresas de saneamento básico para as mãos do estado, mas não só isso é preciso tornar as gestões dos governos mais democráticos e transparentes. Com isso será mais fácil implantar uma gestão de recursos hídricos que contemple tanto a população, quanto a natureza, elevando a qualidade de vida e abrindo caminho para um processo virtuoso de políticas públicas.

## 2.1 Identificação dos nós estratégicos

### ➤ (NEI)

Diante do visualizado no fluxograma e discutido com o grupo, concluímos que o primeiro nó estratégico diz respeito a “Privatização da Sabesp”, isto porque o processo histórico de retirada da gestão de recursos públicos do poder público e sua transferência para empresas de capital misto ou capital totalmente privado levam a uma degeneração e ao mesmo tempo uma deturpação da importância do recurso público e por tanto da necessidade deste recurso estar sobre a responsabilidade de uma instituição genuinamente pública.

Quando o estado transfere parcial ou totalmente a gestão do recurso para grupos privados, passamos a depender do “mercado” para fornecer e dar qualidade aos “produtos”, este por sua vez, que deveriam ser tratados como recursos essenciais e de uso universal, passam a ser vistos como um recurso onde somente quem possui poder de compra e acessa o mercado pode comprar, logo a água passa a ser vendida como se Coca Cola fosse, e como se pudesse estar sobre as mesmas regras desta última.

Vimos ao longo de nossos estudos uma breve apresentação do desenvolvimento do capitalismo nos últimos anos. Discutimos também a questão da passagem de um estado herdado para o estado necessário, e junto disto a burocratização dos órgãos públicos.

Esta burocratização “congelou” o estado para a toda de decisão e a gestão de qualidade, abrindo espaço para que instituições privadas se transformassem e ocupassem o espaço historicamente do estado, daí surgiram as instituições do terceiro setor, bem como as instituições privadas com fins públicos, como fundações e institutos diversos. Com este fenômeno vindo à esteira do discurso de que o estado precisa ser mínimo e dar lugar ao mercado, esvaziou-se o estado e a iniciativa privada se apropriou de fatias deste, gerando este processo de privatização ou concessão indiscriminada de serviços e bens públicos para a iniciativa privada.

Com a Sabesp não foi diferente, sobe o comando de um grupo político que comunga integralmente dos preceitos privados, foi passado as mãos do mercado a Sabesp, uma das maiores empresas de saneamento da América Latina. Ainda que parte da empresa seja de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, é na bolsa de Nova Iorque que as ações desta empresa são negociadas, isto faz com que a empresa tenha que dar resultados para seus acionistas que estão em algum lugar do mundo, mas

detêm ações da Sabesp e nada se importam se falta água na periferia ou em qualquer outro lugar da cidade, a esses importa se a empresa é lucrativa ou não, o que gera está distorção do recurso público não como um direito, mais sim como um produto. Não nós resta dúvida é preciso reestatizar a Sabesp, o ator que declara o problema possui governabilidade sobre tal instituição e, certamente, a reestatização geraria melhorias para a comunidade em geral.

➤ (NE2)

Outro nós estratégico considerado por nós foi a Educação Ambiental é fato que o Brasil é um país muito rico em recursos hídricos, possui diversas macro bacias e milhares de micro bacias. O Brasil possui o maior aquífero de água doce do mundo, capaz de sustentar populações por diversos anos se bem cuidado, no entanto nos parece faltar uma sensibilização para com este recurso tão importante que é a água.

Foi preciso os países ricos acabarem com suas florestas e seus recursos para o discurso da educação ambiental e o uso consciente dos recursos naturais serem implementados, nós que vemos os outros países precisamos aprender com estes, neste quesito, e nos aprimorarmos no uso racional e eficiente dos nossos recursos naturais.

A Educação Ambiental tem diversas facetas e deve ser vista pelos diversos ângulos possíveis, isto é, precisamos conservar a água, a terra, as plantas, no entanto a conservação deve ser vista não só em grandes áreas, mais também no bairro, na cidade e por fim no Estado.

Não podemos também usar da Educação Ambiental para pensar os indivíduos somente e culpabilizá-los, pois ainda que as casas consumam muita água e desperdice outro tanto, o uso extensivo do solo no país e as técnicas de agricultura fazem com que o agronegócio consuma parte importante da água do país, algo em torno de 70% de toda a água vendida.

A democratização dos meios de informação, a disseminação mais igualitária da informação, certamente levará a uma sensibilização mais eficaz do uso da água na sociedade, assim como permitirá a educação de fato e não a criminalização ou a mecanismos autorregulatórios de fiscalização do desperdício. Vimos nos últimos meses a aprovação de leis que culpabilizam que usa a água para lavar coisas em casa que não são permitidos por lei, e quem fiscaliza isto são os próprios vizinhos, gerando um ambiente de fiscalização e intervenção constante sobre os hábitos do outro e não o reconhecimento e solidariedade com o próximo. É preciso regular a mídia e enfrentar de

forma madura a Educação Ambiental, gerando ganhos horizontais na sociedade, isto é fazendo com que a Educação Ambiental crie acesso para todos sobre os recursos e não puna alguns em detrimento do uso indiscriminado de outros.

➤ (NE3)

Nosso terceiro e último nós estratégico refere ao uso e a ocupação do solo. Sabemos que historicamente no Brasil, a ocupação do solo foi se dando conforme interesses da elite que comandava o país, no caso o reino de Portugal. Fato é que em uma sociedade marcada pelas grandes terras, estas muitas vezes nem mensurada em tamanho, pois sua demarcação era feita por estimativa, a marca da colonização deixou um país segregado em suas diversas faces inclusive sobre o ponto de vista da segregação socioespacial.

O que chama a atenção no uso e na ocupação do solo no país é que grandes fazendas costumam manejar seus recursos e suas florestas e também seus rios da forma que lhes convêm, assim como a especulação imobiliária comandada nas cidades pelos detentores de imóveis gera uma segregação da população pobre e que se vê obrigada a ocupar os morros e as regiões periféricas, muitas delas sujeitas às intempéries do tempo, o que gera com frequência diversas catástrofes resultando em morte. Como se isso já não fosse o suficiente, a ocupação indiscriminada do solo, gera poluição, bem como redução da permeabilidade do mesmo, o que reduz a captação de água das chuvas e por tanto retarda a reposição de água natural nos aquíferos disponíveis ao longo do país.

Vemos então que é preciso regular de forma democrática e inclusiva o uso da terra, assim como é preciso estimular a manutenção de áreas virgens de florestas, para então reduzindo o desmatamento, gerar mais potencial aproveitador de produção primária de água, respeitando a natureza e convergindo para retirar água de forma saudável e controlada, abastecendo as cidades sem cair no vazio de bacias secas e reservatórios escassos.

## **2.2. Análise dos Nós Estratégicos**

### **2.2.1. NE1**

Conforme o que foi apresentado sobre o nós estratégico primeiro, ou seja, a “Privatização da Sabesp”, podemos dizer que este é de fato um nós estratégico pois reúne as três principais condições para tal.

Temos que a “Privatização da Sabesp” é um nós sobre a governabilidade do chefe do governo do Estado de São Paulo, embora a disputa seja a reestatização da empresa, a responsabilidade legal sobre a empresa continua sobre o comando do governador, muito embora a gestão esteja nas mãos de funcionários públicos, é sobre o efeito do mercado que a mesma é administrada e sobre este ponto esta a questão da política pública, o investimento e a dinâmica do saneamento básico.

Ao atuar sobre uma empresa totalmente estatizada, o governador resolve um conjunto de condicionantes posteriores a crise hídrica, isto corrobora outro ponto do nós estratégico, qual seja a atuação sobre ele (sobre o nós estratégico) contribui profundamente para a resolução da situação problema.

Em seguida sabemos, e talvez este seja o fator mais difícil, que a atuação sobre o nó estratégico pode trazer um grande desgaste para o chefe de governo, no entanto este desgaste esta proporcionalmente ligada ao tamanho da importância que o nó tem sobre a resolução do problema, e por tanto, sabemos que a atuação sobre ele depende do governador, mas pode ser amenizado se o mesmo buscar dialogar com a sociedade e atuar conjuntamente à opinião popular.

### **2.2.2. NE2**

Ainda que o discurso sobre a educação ambiental seja recente e cheio contradições, precisamos pensar sobre a importância de levar à população as questões dos recursos naturais e como o avanço do desenvolvimento capitalista gera externalidades negativas sobre estes. Entendemos que sobre esta também, mas não somente, está nas “mãos” do governador a provocação da preservação e do desenvolvimento dos recursos naturais na sociedade.

Neste segundo nó estratégico esta a “Educação Ambiental”, sobre ela o governador tem grande governabilidade, ainda que não só ele, mas outros grupos também o tenham, o governador pode e deve estimular o debate e o aprimoramento da

educação ambiental com fins de sensibilizar a população para a redução e/ou o uso consciente da água para fins comerciais e domésticos.

O aprimoramento e a conscientização do uso dos recursos naturais e por tanto público, fazem com que a política pública da gestão dos recursos hídricos se torne mais eficiente, gerando sinergia com o processo de ampliação do acesso a água pela população, pois aumenta a disponibilidade de água para a sociedade, sem demandar mais o recurso natural.

Sobre este nó estratégico o desgaste do ator que declara o problema é ínfimo se comparado ao desgaste com os outros nós estratégicos, desta forma a efetivação do plano da política pública pode buscar dar mais ênfase a esta ação, gerando um efeito compensatório quanto ao desgaste para a efetivação da ação sobre o primeiro nó estratégico.

Por fim a educação ambiental não deve ser feita para infantilizar ou mesmo colocar sobre o cidadão toda a responsabilidade sobre os recursos naturais, mas fazer entender qual a importância do uso racional e adequado deste recurso, desalienando-o quando ao processo de geração e descarte da água na sociedade.

### **2.2.3. NE3**

Nosso terceiro e último nó estratégico é o “uso e ocupação do solo”, certamente o nó estratégico mais histórico. Poderíamos dizer que este é um nó estrutural, assim como é um nó estratégico.

Sabemos que é diante de uma regulamentação forte e democrática deste ponto que a socialização do espaço urbano-rural pode ser feito e conglomerar toda a população, buscando dar qualidade de vida a todos.

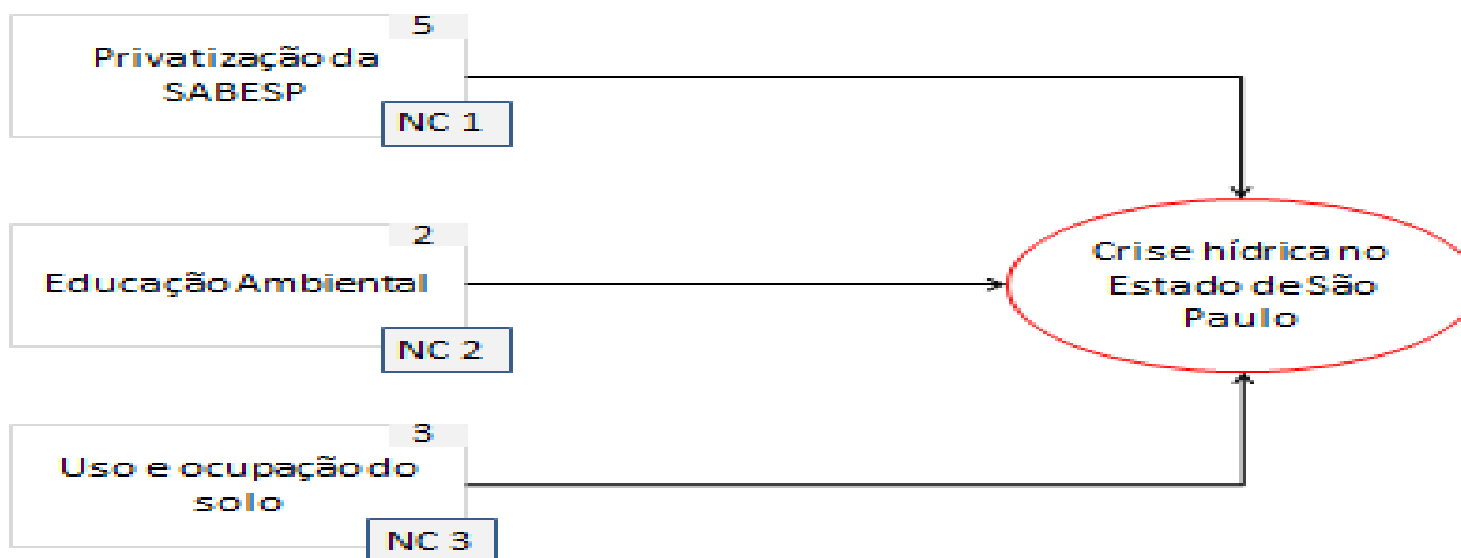
Uma ocupação do solo democrática e organizada gera um efeito multidimensional, reduzindo o impacto sobre o transporte, sobre a saúde, sobre a educação e todos os outros serviços públicos. Com a organização da ocupação do espaço urbano, outras políticas públicas podem ser potencializadas.

Sobre a ocupação do solo o governador tem uma grande governabilidade, é claro que leis derivadas desta, podem e devem ser debatidas com a sociedade e aprovadas nos espaços competentes para tal.

A resolução deste nó estratégico colabora para potencializar a gestão do recurso hídrico em várias dimensões, como a produção, a distribuição e o descarte da água. Com uma política de uso democrático do solo, produz-se mais água e de melhor qualidade, pois as fontes sofrem menos o efeito nocivo da impermeabilização do solo e da poluição sobre o mesmo, também a distribuição de água pode se tornar mais eficiente, quanto a instalação de dutos, cisternas e uma pressão adequada da água, arrasta menos poluentes para as casas, e finalmente o descarte da água se faz de forma menos prejudicial à natureza e a sociedade, pois delimita e organiza a gestão do descarte, tratamento e reuso da água.

A ação sobre este nó estratégico gera desgaste ao ator, mas quando feita de forma democrática e dialogada, pode gerar um efeito potencializador sobre a cidade e os cidadãos, não se deve interromper o investimento da iniciativa privada, mas sim regulamentar o mesmo para que o desenvolvimento da cidade comporte o uso adequado do solo por seus cidadãos.

### 3. ÁRVORE DO PROBLEMA





#### 4. PLANO DE AÇÃO

##### PAINEL 1.

Nó Estratégico	Ações	Resultado das ações
NE 1 – Privatização da Sabesp	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reestatização da Sabesp</li> <li>- Priorização do investimento em saneamento básico</li> <li>- Produção de água de reuso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Empresa efetivamente pública.</li> <li>- Mais pessoas com acesso a água, menos doenças e melhoras na saúde pública.</li> <li>- Economia de geração e desperdício de água.</li> </ul>
NE 2 – Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conscientização para preservação dos rios e não poluição dos mesmos.</li> <li>- Incentivo para redução do consumo de água no agronegócio</li> <li>- Campanha de sensibilização da população para o consumo da água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rios mais limpos logo mais água de qualidade para consumo.</li> <li>- Menor pressão sobre os recurso natural.</li> <li>- Economia de água na sociedade como um todo.</li> </ul>
NE 3 – Uso e Ocupação do solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte regulamentação e fiscalização para ocupação do solo nas cidades</li> <li>- Punição acentuada a quem desmatar</li> <li>- Incentivo para preservação e desenvolvimento dos mananciais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Menos acidentes ambientais e menos impermeabilização do solo</li> <li>- Redução do desmatamento.</li> <li>- Produção primária de água.</li> </ul>

## PAINEL 2.1

**NE 1 – Privatização da SABESP**

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos (meses)</b>	<b>Responsável</b>
Reestatização da Sabesp	Retomar o controle total da empresa, ou seja, recomprar os outros cinquenta por cento da empresa sobre controle privado.	Orçamento de receita pública para recompra de ações	Agosto/2015 a Agosto/2017	Diretor Presidente e Governador do Estado de São Paulo
Priorização do investimento em saneamento básico	Foco no aumento de investimento sobre o saneamento básico, pensando na ampliação e modernização da rede de água.	Mão-de-obra qualificada e orçamento público	Janeiro/2016 a Dezembro/2018	Governador e Diretor responsável por infraestrutura da empresa
Produção de água de reúso.	Investimento em reservatórios e tecnologia para limpeza de água	Mão-de-obra qualificada e orçamento público	Janeiro/2016 a Dezembro/2018	Governador e Universidades

## PAINEL 2.2

**NE 2 – Educação Ambiental**

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
Conscientização para preservação dos rios e não poluição dos mesmos.	Propagandas em diversas mídias para sensibilização da importância dos rios e não poluição.	Mídias, como TV, Rádio, Internet, Jornal e Revista	Agosto/2015 a Agosto/2017	Equipe de Comunicação do Governo e da Empresa de Água
Incentivo para redução do consumo de água no agronegócio	Fazer com que o uso de água no campo reduza. Para isso é preciso usar técnicas que priorizem a redução de água e desestimule o consumo excessivo de água no agronegócio.	Leis e programas de uso de água em massa.	Janeiro/2016 a Janeiro/2017	Secretaria de Meio Ambiente e Governador
Campanha de sensibilização da população para o consumo da água	Levar às pessoas a importância do consumo consciente de água. Construir ações para educar a população no uso de água doméstico	Mídias, como TV, Rádio, Internet, Jornal e Revista	Agosto/2015 a Agosto/2017	Equipe de Comunicação do Governo e da Empresa de Água

## PAINEL 2.3

**NE 3 – Uso e ocupação do solo**

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
Forte regulamentação e fiscalização para ocupação do solo nas cidades	Construir uma lei que permita a ocupação democrática do solo e desestime a especulação imobiliária. Criar uma secretaria de fiscalização forte e eficiente.	Ações de audiências públicas e pessoas qualificadas	Agosto/2015 a Dezembro/2015	Departamento Jurídico, Câmara Estadual e Governador
Punição acentuada a quem desmatar	Aprovação de lei, fiscalização e aplicação de multas para o desmatamento irregular de áreas.	Orgão de fiscalização e controle de desmatamento	Agosto/2015 a Dezembro/2015	Departamento Jurídico, Polícia Ambiental e Governador
Incentivo para preservação e desenvolvimento dos mananciais	Construir programas de incentivo de plantio de espécies nativas na área e proteção dos mananciais em áreas urbanas e rurais.	Agências de propaganda e empresas de mudas.	Agosto/2015 a Dezembro/2018	Secretaria do Meio Ambiente e Governador

## 5 ANÁLISE DE ATORES

### PAINEL 3.1

#### Ação 1.1

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Governador do Estado de São Paulo	Governo do Estado	Não tem controle da Câmara	Reunindo politicamente as ações	Centralizando as ações	Dar transparência a suas ações.
Diretor Presidente Sabesp	Empresa Sabesp	Não tem controle total da empresa	Administrando a empresa como se fosse pública	Administrando a empresa como se fosse privada	Dar transparência a suas ações.

## PAINEL 3.2

## Ação 1.2-

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Governador do Estado de São Paulo	Governo do Estado	Não tem controle da Câmara	Reunindo politicamente as ações	Centralizando as ações	Dar transparência a suas ações.
Diretor de Infraestrutura	Área de Infraestrutura em Saneamento	Não controla toda a empresa	Buscando soluções eficientes para o saneamento	Não visualizando a infraestrutura como importante para a população.	Possibilitar que ele implemente, mais programas de saneamento.

## PAINEL 3.3

## Ação 1.3-

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Governador do Estado de São Paulo	Governo do Estado	Não tem controle da Câmara	Reunindo politicamente as ações	Centralizando as ações	Dar transparência a suas ações.
Universidades	Ciência e Tecnologia	Orçamento baixo	Criando grupos de pesquisa e efetivando ações em saneamento	Criando ações teóricas e não práticas	Incentivar e dar visibilidade as pesquisas

## PAINEL 3.4

## Ação 2.1 –

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Equipe de Comunicação do Governo	Comunicação do Governo	Orçamento limitado	Construindo boas ações de conscientização sobre a importância dos rios	Atuando com a empresa e visando o lucro	Provocá-lo para boas ações de comunicação.
Equipe de Comunicação Empresa de Água	Comunicação da Sabesp	Orçamento limitado	Atuando intensamente sobre a propaganda de sensibilização	Atuando em favor do lucro da empresa e não da conscientização da água dos rios.	Provocá-lo para boas ações de comunicação.



## PAINEL 3.5

## Ação 2.2-

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Secretaria de Meio Ambiente	Programas de Meio Ambiente	Pouca força diante do agronegócio	Criando ações para proteção dos mananciais.	Não construindo ações para proteção dos mananciais.	Controle social do órgão.
Governador do Estado de São Paulo	Governo do Estado	Não tem controle da Câmara	Reunindo politicamente as ações	Centralizando as ações	Dar transparência a suas ações.

## PAINEL 3.6

## Ação 2.3 –

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Equipe de Comunicação do Governo	Comunicação do Governo	Orçamento limitado	Construindo boas ações de conscientização sobre o consumo de água	Gerando ações de desperdício de água	Provocá-los para boas ações de comunicação.
Equipe de Comunicação Empresa de Água	Comunicação da Sabesp	Orçamento limitado	Atuando intensamente sobre a propaganda de sensibilização, mostrando a produção e consumo da água.	Atuando em favor do lucro da empresa e não da conscientização da água.	Provocá-los para boas ações de comunicação.

## PAINEL 3.7

## Ação 3.1 –

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Departamento Jurídico	Secretaria Jurídica	Não possui controle sobre ações na Câmara	Formular projetos de lei do executivo, bem definidos e eficazes.	Trabalhar na contra mão da proteção do uso do solo.	Dar transparência e trabalhar conjuntamente a população
Câmara Estadual	Formulação e votação de leis.	Limites constitucionais	Criar sinergia com o executivo quanto a formulação e aprovação de leis sobre uso do solo.	Trabalhar com leis sobre o contexto do fisiologismo político.	Presença constante da população e grupos organizados na formulação de leis.
Governador do Estado de São Paulo	Governo do Estado	Não tem controle da Câmara	Reunindo politicamente as ações	Centralizando as ações	Dar transparência a suas ações.

## PAINEL 3.8

## Ação 3.2 –

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Departamento Jurídico	Secretaria Jurídica	Não possui controle sobre ações na Câmara	Formular projetos sobre que visem reduzir o desmatamento.	Trabalhar na contra mão da proteção das florestas.	Dar transparência e trabalhar conjuntamente a população
Polícia Ambiental	Força de fiscalização e punição de agentes desmatadores.	Muitas vezes esta polícia possui poucos recursos.	Fiscalizando assiduamente os infratores.	Não cumprir seu papel.	Dar suporte e apoio nas ações de proteção das florestas.
Governador do Estado de São Paulo	Governo do Estado	Não tem controle da Câmara	Reunindo politicamente as ações	Centralizando as ações	Dar transparência a suas ações.

## PAINEL 3.9

## Ação 3.3 –

<b>Ator</b>	<b>Recursos que controla</b>	<b>Limitações/ Vulnerabilidades</b>	<b>Como pode contribuir?</b>	<b>Como pode prejudicar?</b>	<b>Como atuar em relação a este Ator?</b>
Secretaria de Meio Ambiente	Programas de Meio Ambiente	Pouca força diante do agronegócio	Criando políticas para proteção dos mananciais	Sendo conivente com os destruidores dos mananciais.	Controle social do órgão.
Governador do Estado de São Paulo	Governo do Estado	Não tem controle da Câmara	Reunindo politicamente as ações	Centralizando as ações	Dar transparência a suas ações.

## 6 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

### NC 1 – Privatização da SABESP

Ações:
A1.1 - Reestatização da Sabesp
A1.2 - Priorização do investimento em saneamento básico
A1.3 - Produção de água de reuso.

#### PAINEL 4.1

3. Perguntas orientadoras:	4. Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	A força do mercado financeiro somado aos oligopólios globais, podem submeter às ações do governador e tencioná-las a fim de derrubá-lo do cargo.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Sim. A busca por uma empresa totalmente pública contraria os interesses do grande capital, levando à interrupção do projeto de domínio das instituições públicas. Do ponto de vista jurídico e técnico as questões estão somadas ao congelamento do aparelho de estado, como Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O principal ponto fraco da ação é não haver apoio político e institucional para execução da mesma, para tanto é preciso ser transparente para com os benefícios da ação a ser tomada e mostrar os malefícios de se manter como está.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Buscar a participação popular, assim como fortalecer o estado e as instituições para a manutenção da democracia.
6 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim.

## NC 2 – Educação Ambiental

Ações:
A2.1 - Conscientização para preservação dos rios e não poluição dos mesmos.
A2.2 - Incentivo para redução do consumo de água no agronegócio
A2.3 - Campanha de sensibilização da população para o consumo da água

5. Perguntas orientadoras:	6. Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Sim. Os grandes donos de terra no país não querem uma regulamentação forte sobre o uso da água e de suas terras, assim como as indústrias não querem se submeter a leis que punam a poluição dos rios.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Sim. Não existe força fiscalizatória suficiente para fazer frente ao tamanho do território a ser guardado. É preciso investir em mão de obra para fiscalização de ações contra rios, florestas e mananciais.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O ponto principal é que vivemos em um país dependente das exportações agrícolas e para tanto o poder dos grandes latifundiários impede nos meios legais e ilegais o avanço de legislações mais fortes.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	O apoio popular e dos grupos de interesse por distribuição de terra, assim como os grupos de ambientalistas e pessoas militantes da causa, podem ajudar a efetivar as ações de proteção.
6 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim, no entanto precisam ser destinados com eficiência e qualidade.



## NC 3 – Uso e ocupação do solo

Ações:
A3.1 - Forte regulamentação e fiscalização para ocupação do solo nas cidades
A3.2 - Punição acentuada a quem desmatar
A3.3 - Incentivo para preservação e desenvolvimento dos mananciais

7. Perguntas orientadoras:	8. Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Sim. Os grupos de empreiteiras e imobiliárias possuem um grande poder de ditar os locais que serão desenvolvidos empreendimentos de maior e menor custo na cidade.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Lei de zoneamento, lei de regularização fundiária, impostos urbanos. Estes são alguns dos mecanismos que ou são mal construídos ou são burlados pelas empresas.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O ponto fraco é o grande poder dos donos de terras e imóveis nas cidades, muitas vezes são pessoas que ocupam poderes públicos. É preciso combater este poder e dar transparência as discussões, levando a população o entendimento dos fatos.

4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Trazer o debate para a agenda principal do governante e enfrenta-lo com a população e transparência.
6 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim. É preciso mobilizar a opinião pública e organizar o investimento imobiliário nas cidades.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente no Brasil, parte significativa das instituições que possuem poder no país é concentrada em poucas mãos. Conforme vimos nos artigos, a mídia não é diferente disto. Em um primeiro momento acredito que seja necessário distinguir os diferentes meios de comunicação, como televisão, rádio, jornal, revista e internet. Os dois primeiros são regulados e concedidos pelo Estado, mais diretamente pelo Ministério das Comunicações e a internet que também possui mecanismo de regulação. A ascensão da mídia e sua consolidação como influenciadora de opiniões data no Brasil da época do Império. No entanto do século XIX para o XX e depois para o XXI, as mudanças quanto à influência da mídia foram crescentes, bem como a penetração no público. Max Weber colocava que no XIX o homem acordava e se guiava pela religião, já no século XX é o jornal que vai controlar e dirimir as incertezas do dia a dia.

Vimos então que o papel da imprensa como formadora e deformadora de opiniões foi crescente e ocupou o espaço simbólico do mundo subjetivo. As mídias, salvo a internet, entenderam este processo e sobre ele atuou e atua cotidianamente para construir valores, percepções e opiniões diversas inclusive sobre política.

Para fins do nosso trabalho, que pretende discutir a questão da água e da gestão deste recurso, vemos que a mídia tem um papel importantíssimo para com a construção de “estado de espírito” coletivo, pois ao noticiar a “redução” da pressão da água, permite um efeito forte sobre a política pública. No caso do Estado de São Paulo, controlado por um mesmo grupo político há anos, e intimamente ligado a esse grupo, a mídia se esforçou para reduzir o impacto negativo da falta de gestão sobre a água. Por um tempo mostrou o que não tinha mais como esconder e posteriormente colocou seu foco sobre outros assuntos como a corrupção na esfera federal.

Sabemos hoje que as condições dos reservatórios são péssimas, a água disponível para a população, retirada do volume morto, contém um conjunto de metais pesados que pode comprometer a saúde da população como um todo, gerando mais demanda no sistema de saúde, hoje já precário. No entanto a mídia prefere esconder ou informar parcialmente a população, sempre reduzindo o impacto questão, e potencializando o que a ela convêm em muitos casos os partidos de oposição.

Diante disto entendemos que para uma política pública ser implementada e depois fiscalizada, principalmente a política pública da água, é preciso que a população tenha acesso a diversos meios de comunicação, com opiniões diversas, que busquem

sempre emitir a opinião mais factual possível, pois sem este mecanismo ficamos fadados a sermos encharcados com informações falsas e viesadas, gerando uma escassez de opiniões sustentadas na realidade factual o que permite a construção e gestão de políticas públicas, praticamente como se fossem políticas privadas, onde só o capital se beneficia, restando à população os metais pesados.

## 9. REFERÊNCIAS

### Livros:

- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. 2ª ed.

### Vídeos:

- Ouro Azul – As Guerras Mundiais pela Água, 2008. Diretor: Sam Bozzo, baseado em seu livro. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mQyoUDfhFVo>
- Entre Rios. - <https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNic>

### Textos:

- Aliança pela Água:  
link:[http://aguasp.com.br/app/uploads/2014/11/Alianca\\_pela\\_Agua\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_5.pdf](http://aguasp.com.br/app/uploads/2014/11/Alianca_pela_Agua_de_Sao_Paulo_5.pdf).  
Acessado em Janeiro de 2015.
- SANTOS, Theotônio: link: <http://theotoni dossantos.blogspot.com.br/2010/10/carta-aberta-fernando-henrique-cardoso.html>. Acessado em Setembro de 2014
- Revista Diplomatique: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1547>. Acessado em Outubro de 2014
- Discurso Evo Morales: <http://sobrenuestramerica.blogspot.com.br/2013/07/evo-morales-explica-verdadeira-divida.html>. Acessado em Outubro de 2014